

# AUTORES, AUTORIA E PODER: ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO LITERÁRIO EM MATO GROSSO

Franceli Aparecida da Silva Mello<sup>1</sup>  
Wanda Cecília Correa de Mello<sup>2</sup>

*A literatura não existe num vácuo. Os escritores, como tais, têm uma função social definida exatamente proporcional à sua competência como escritores. Essa é a sua principal utilidade. Todas as demais são relativas e temporárias e só podem ser avaliadas de acordo com o ponto de vista particular de cada um.* (Ezra Pound, in *Abc da literatura*, 2003).

**RESUMO:** Este artigo procura, num primeiro momento, discutir algumas definições de autor e autoria, baseado em diferentes concepções teóricas, tais como as de Foucault, Barthes, Bourdieu, Possenti e outros. Em seguida, comenta a produção de quatro dos autores mais representativos da literatura mato-grossense \_ Dom Aquino, Silva Freire, Ricardo Guilherme Dicke e Ivens Cuiabano Scaff \_ no que tange a sua relação com as várias instâncias de poder, visando à inserção no campo literário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autoria, poder, campo literário, Mato Grosso.

## **AUTHORS, AUTHORSHIP AND POWER: ASPECTS OF THE CONSTITUTION OF THE LITERARY FIELD IN MATO GROSSO**

**ABSTRACT:** This article intend, at first, to discuss some definitions of author and authorship, based on different theoretical concepts, such as Foucault, Barthes, Bourdieu, Possenti et al. After that, it comments the production of four most representative authors of the literature mato-grossense \_ Dom Aquino, Silva Freire, Ricardo Guilherme Dicke and Ivens Scaff \_ with respect to its relationship with the various instances of power, aimed at including in the literary field.

**KEYWORDS:** Authorship, power, literary field, Mato Grosso.

- 
- 1 Doutora em Literatura Brasileira e professora de Teoria Literária no Departamento de Letras e do Mestrado em Estudos de Linguagem/IL/UFMT. Pesquisadora do Grupo RG Dicke de Estudos em Cultura e Literatura de Mato-Grosso. celismello@hotmail.com  
2 Mestre em Estudos de Linguagem e professora de Língua Portuguesa nas redes Estadual e Municipal de Ensino de Várzea Grande/MT. Pesquisadora do Grupo RG Dicke de Estudos em Cultura e Literatura de Mato-Grosso. wandamello@gmail.com

Na obra *O que é um autor?* (2002) Foucault busca inicialmente desfazer a identificação habitual entre as unidades do livro, da obra e do autor através do significado do que ele chama de “função-autor”. Esta carece ainda de uma análise histórica dos discursos – o seu valor segundo as modalidades de sua existência. Alguns discursos, no interior de uma cultura, são providos dessa “função-autor” e outros não, sendo que, para Foucault, a função-autor estaria ligada a um sistema jurídico e institucional, não podendo ser exercida em todos os discursos, épocas e formas de civilização de maneira uniforme, uma vez que não poderia ser atribuída espontaneamente ao seu produtor, podendo dar lugar simultaneamente a várias posições-sujeito, ocupadas por diferentes classes de indivíduos. Segundo ele, não se pode definir um autor sem pensar em obra.

A noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências. Mesmo hoje, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, creio que tais unidades continuam a ser consideradas como recortes relativamente fracos, secundários e sobrepostos em relação à unidade primeira, sólida e fundamental, que é a de autor e de obra (2002:33).

Assim, não basta escrever para ser autor, no que concorda Sírio Possenti (2002), é necessário que aquele que escreve seja “dono” de seu discurso e que se inscreva em alguma instância de poder capaz de inserir-se no campo literário.

A autoria, ou a responsabilidade de um autor sobre um discurso, começou quando a sociedade passou a exigir que alguém assumisse juridicamente sua fala. Em muitas culturas, incluindo a nossa, o discurso era uma ação entre o sagrado e o profano, o legal e o ilegal, ou que se situava no campo do religioso e daquilo que estava entre as blasfêmias. Houve um embate para que o sistema de posse e regras do *copyright* fosse estabelecido – entre os séculos XVIII e XIX – a partir daí, foi como se o autor, aceito na ordem social da propriedade, pudesse compensar seu novo *status* com

a prática da transgressão. Há que se compreender, no entanto, que o que Foucault chama de “função-autor” não é nem universal, nem constante em todas as civilizações. Houve época em que os textos hoje conhecidos como “literários” – histórias, contos populares e similares – circulavam e eram valorizados sem que se questionasse sua autoria. Entretanto, a partir do século X, o discurso literário passou a só ser considerado quando carregasse o nome do autor de cada texto.

Em sua análise acerca do que faz um autor chegar a sê-lo, Foucault conclui que a discursividade é a marca do autor, entendendo o “discurso” como um corpo do pensamento e da escrita que é unida tendo um objeto comum de estudo, uma metodologia comum, e/ou de um jogo de termos e de idéias comuns; a idéia do discurso permite assim que ele fale sobre uma variedade larga dos textos, de países diferentes e dos gêneros históricos diferentes e diferentes disciplinas.

Para Roland Barthes (1970), entretanto, a questão da autoria adquire outros contornos que não apenas esses. Para ele, falta uma “sociologia da palavra”, para se conceituar o que é escritor, uma vez que a palavra é poder, um poder que detém, em diversos graus, a linguagem de uma nação. Segundo o autor, foi na França pós-Revolução que os políticos se apropriaram “*da língua dos escritores com fins políticos*”, processo no qual os escritores também contribuíram para alargar a função literária

a fazer dessa palavra institucionalizada da qual são ainda proprietários reconhecidos, o instrumento de uma nova ação; e ao lado dos escritores propriamente ditos, constitui-se e desenvolve-se um novo grupo, detentor da linguagem pública (Barthes, 1970:32)

A esses, Barthes chama de *escreventes*. A diferença entre escritor, que neste caso também é autor, e escrevente, é que enquanto o primeiro realiza uma *função*, o segundo realiza uma *atividade*. O escritor tem o poder de abalar o mundo, uma vez que sua verdadeira responsabilidade é a de “*suportar o mundo como um engajamento fracassado*” (Barthes, 1970:35), para Barthes não há uma escrita *engajada*,

já que a literatura é sempre irrealista, o que lhe permite fazer perguntas ao mundo sem que elas sejam diretas ou excessivamente agressivas. Ao participar do jogo proposto pelo escritor, o leitor transforma o objeto em um mito: o mito do *bem-escrever*.

Pierre Bourdieu (2002) entende que ambos – escritor e autor – são um só. Aquele que escreve é, ainda que minimamente, responsável por seu texto, o que o tornaria o “autor” deste – a autoria considerada como o “fazer consciente” e, segundo ele, o campo literário é o lugar universalmente definido como apropriado para a definição e análise legítima do que seja um escritor/autor. A autoria exige, desse modo e, sobretudo, uma responsabilidade que não se restringe ao sentido jurídico do termo, mas que se estende, também, e com igual rigor perante a sociedade, à história e ao meio. Isto é, perante o contexto sócio-histórico em que se insere o autor. Isso faz com que, para que alguém se apresente como autor, seja preciso assumir diante às instituições (visto que a própria autoria é uma função institucionalizada) o papel social que se constitui a partir de sua relação com a linguagem e o mundo. Isto se torna um dos princípios para o agrupamento, o domínio sobre as várias posições nas quais se instaura o sujeito, imprimindo a ele significações coerentes e dando sentido aos fatos.

O autor, assim pensado, passa a ser analisado como função complexa do próprio discurso, e não como seu fundador originário. Aqui, discurso, bem entendido, tem a conotação que lhe dá Sírío Possenti (2002:18) “(...) como um tipo de sentido – um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa na língua, embora não mantenha uma relação biunívoca com recursos de expressão da língua”.

Faoro (2001) lembra que as condições sociais contribuíram de maneira decisiva para as estratégias de apropriação dos meios para alguém ser alçado à condição de escritor, embora, na maior parte das vezes, de maneira subliminar.

Em seu livro *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (2002), Bourdieu identifica um microcosmo cujos participantes, em simultâneas relações de concorrência e solidariedade entre si, produzem uma *arte social*. Assim, e especialmente a partir de Napoleão III, teríamos

os defensores da idéia de que a elaboração artística deveria expressar os conflitos presentes na sociedade. Em contraposição a este pensamento, os defensores da *arte pela arte*, secundarizavam os conteúdos abordados em nome de uma pesquisa sempre renovada da linguagem, desconsiderando que a estrutura do espaço social representado nos romances é também a estrutura do espaço social no qual seu próprio autor estava situado (Bourdieu:2004).

Para Bourdieu, o campo literário é um espaço social que reúne diferentes grupos, que mantêm relações determinadas entre si e também com o campo do poder. “Este universo aparentemente anárquico e de bom grado libertário [...] é o lugar de uma espécie de balé bem ordenado no qual os indivíduos e os grupos desenham suas figuras” (Bourdieu, 2002, p. 133). De acordo com o autor (2002, 2004), no campo literário, o estabelecimento e manutenção dos espaços de poder estão condicionados a um campo de forças que subordina o artista a critérios socialmente/culturalmente definidos e faz com que sua obra seja aceita. A primeira aceitação é, à primeira vista, aquela realizada entre os componentes do campo, ou seja, a obra literária terá que ser avalizada por alguém – um autor – que já tenha ultrapassado o campo literário e tenha sido reconhecido em outros campos – econômico, cultural etc.

Bourdieu considera que o princípio de consagração (*illusio*) está no jogo e no valor das apostas que permitem aos artistas já consagrados constituírem certos produtos pelo milagre da assinatura (*griffe*) e essa assinatura serve com moeda fiduciária para as relações de troca entre os participantes do campo.

É interessante notar que esse poder de sacralização – e, conseqüentemente, de dessacralização – é, na verdade, um jogo de espelhos, uma vez que quem consagra é também consagrado no mesmo ato e que esse ato é coletivo. Nas palavras do autor,

Para dar uma idéia do trabalho coletivo de que ela [a consagração] é o produto, seria preciso reconstituir a circulação dos incontáveis autos de crédito que se trocam entre os agentes envolvidos no campo artístico, entre os

artistas, evidentemente com as exposições de grupo ou os prefácios **pelos quais os autores consagrados consagram os mais jovens que os consagram em troca como mestres ou chefes de escola, entre os artistas e os mecenas ou os colecionadores, os artistas e os críticos, e, em particular, os críticos de vanguarda que se consagram obtendo a consagração dos artistas que defendem** ou operando redescobertas ou reavaliações de artistas menores nos quais empenham e põe à prova seu poder de consagração e assim por diante. (2002:260, grifo nosso)<sup>3</sup>

Até meados do séc. XIX, a consagração do escritor passava, necessariamente, pelas Academias de Letras. No Brasil, as Academias, forjadas aos moldes franceses, arrogavam-se o direito de escolher aqueles que podiam ou não participar do grupo, baseadas em critérios como o de adequação ao gosto pessoal dos acadêmicos, à escola literária ou ao projeto político governamental do momento. Por vezes, critérios “inconfessáveis” determinavam a aceitação de alguns membros, como o pertencimento a famílias “tradicionais”, ou sua proximidade a elas, o “você sabe com quem está falando”, discutido por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (2004) e por Roberto DaMatta em *Carnavais, malandros e heróis* (1997). Inspirado nos estudos do francês Alexis de Tocqueville, DaMatta traça um panorama do Brasil que oscila entre a tendência meritocrática proposta pela revolução francesa e aquela que, cristalizada no tempo, busca ainda o reconhecimento no nome de família, o que gera expressões como “paulista quatrocentão”, “carioca da gema”, “cuiabano de chapa e cruz”, entre outras.

Para DaMatta, a expressão “Você sabe com quem está falando?” serve para lembrar o lugar de quem fala em situações de separação social. Esse recurso “é a negação do ‘jeitinho’, da ‘cordialidade’ e da ‘malandragem’” (DaMatta, 1997.:140), uma forma de fazer com que a pessoa que fugiu a “regra” retome o “seu lugar”.

---

3 Caso específico desse jogo é o artigo que Silva Freire publicou em um jornal de Cuiabá acerca do trabalho de Ricardo Guilherme Dicke, naquele momento, já com visibilidade nacional como 4º lugar no Prêmio Walmap.

O uso dessa expressão também atingiu a literatura e fez com que pessoas que são mais “escreventes” do que “escritores” ocupassem lugar nas Academias, em detrimento de outros, com menos “nome”; não importando a qualidade da obra, mas a assinatura (*griffe*) que ela carrega. É o caso de alguns políticos, autores em geral de um livro apenas, ou no muito, de dois ou três, para os quais não se utiliza o valor literário como critério de legitimação e sim seu lugar na pirâmide social.

Não obstante a força dessas instâncias “oficiais” de consagração, cabe lembrar que, em alguns casos, o público reconhece como autor, entenda-se, “bom autor”, um nome que nem sempre concorreria à Academia. Incluem-se neste caso autores de *best sellers* cujos nomes costumam ser questionados em universidades, por exemplo, mas que granjearam posição no campo literário pela extensão do público que atingiram; entrando, neste caso, o mercado como instância legitimadora. Assim, como afirma Bourdieu,

(...) a intensidade da luta [pela legitimação] varia, sem dúvida, segundo os gêneros, e segundo a raridade da competência específica que exigem em cada época, ou seja, segundo a probabilidade da “concorrência desleal” ou do “exercício ilegal” (o que certamente explica que o campo intelectual, incessantemente sob ameaça da heteronomia e dos produtores heterônomos, seja um dos lugares privilegiados para apreender a lógica de lutas que obsedam todos os campos). (2002:244)

Quando se trata de analisar a formação do campo literário em Mato Grosso, há que se considerar algumas peculiaridades que nos colocam numa posição de desvantagem em relação aos circuitos de produção e comercialização de livros, o que diminui tanto o interesse quanto as condições efetivas para alguém se tornar um escritor. Este processo também altera a forma como o poder se manifesta através da literatura, fazendo com que haja, muitas vezes, uma inversão: o autor é antes conhecido por sua profissão, seu lugar na pirâmide social (muitas vezes advindo de seu nome de família) ou uma conjunção desses e outros fatores, igualmente sociais, do que por sua produção artística. Ou

seja, o que lhe confere poder é o *lugar de onde* fala mais do que *o que* fala.

Segundo Foucault, o poder não é uma coisa, algo que se toma ou se dá, se ganha ou se perde. É uma relação de forças. Circula em rede e perpassa todos os indivíduos. Neste sentido não existe o “fora” do poder, mas um jogo de forças, presente em lutas transversais em toda sociedade engendradas e/ ou movidas pelo saber. Onde há saber, há poder. Mas é importante acrescentar que onde há poder, há resistência. Se, por um lado, novos saberes, novas tecnologias ampliam e aprofundam os poderes na sociedade disciplinar em que vivemos, por outro, sujeitos cada vez mais conscientes lutam contra as forças que tentam reduzi-los a objetos, contra toda heteronomia, contra as múltiplas formas de dominação sempre criativas e renovadas. A literatura tem, então, poder, mas este está subordinado às condições sociais em que é produzida. Essa conjuntura cria, entre outras coisas, o que se convencionou chamar de “regionalismo”; este, ainda segundo Bourdieu, carrega propriedades simbólicas que, arroladas por etnólogos e sociólogos objetivistas, funcionam como sinais, emblemas ou estigmas que podem ser utilizados estrategicamente em função dos interesses materiais e simbólicos do seu portador.

Para Antonio Candido, o regionalismo foi uma etapa necessária para a expressão literária. Embora “os seus produtos tenham envelhecido” (2003:159), Candido pondera que apenas em países com absoluto predomínio da cultura urbana, em seu sentido de metrópole, essa literatura se tenha tornado anacrônica. Em países como o Brasil, cuja idéia de “nação” ainda está em construção<sup>4</sup>, o regionalismo é uma forma de subsistência e resistência da literatura, e não necessariamente uma forma de alienação.

As diversas formas de resistência se articulam em rede nas lutas pela autodeterminação, pela conquista efetiva da democracia, nas denúncias contra o preconceito, nas revoltas contra toda forma de discriminação, exclusão e violência, na preocupação com a ecologia e na reflexão crítica sobre

---

<sup>4</sup> Veja-se o número de informes publicitários que tem sido publicado na mídia, cujo formato é uma revisitação da frase, “O melhor do Brasil é o brasileiro”, de Câmara Cascudo e que algumas regiões adaptaram à sua própria produção artística.

os limites éticos das conquistas científicas e tecnológicas. Essas lutas e seus reflexos percorrem, permeiam a criação artística e inserem a literatura no campo de embate pela legitimação de valores como o “saber regional” e a “cor local”, importantes para a autonomia literária de uma região. A professora Maria Adélia Menegazzo (2004:17) pensa o regionalismo como “o local da cultura e a cultura local ao mesmo tempo. Isto é, não só se apresenta como objeto de cultura, mas também representa a cultura de determinado objeto”. Ou seja, no regionalismo, em alguns casos, além das marcas de fala e “cor local”, se podem encontrar as lutas políticas e sociais que permeiam a vida cultural de determinado lugar. E nisso concorda Bourdieu (2002) para quem retratar, recriar, recompor, redimensionar a “realidade regional” coloca em debate as relações de poder assinaladas como mecanismos pelos quais os dominados aceitam ou resistem à dominação em todas as suas formas.

Em parte, isso ocorre porque o poder político percorre e mantém a estrutura das relações em outras instâncias de poder. Segundo Raymundo Faoro (2001) e Sérgio Buarque de Holanda (2004) a formação política de Portugal redundou no formato de colonização que tivemos, o que se reflete até hoje nas relações de poder, em geral construídas a partir do campo econômico. Embora não seja apenas em Mato Grosso que isto se dê, é interessante notar o quanto aqui, o regionalismo ainda molda nossa forma de ver e pensar a cultura, em seu sentido amplo, e atua, especificamente neste trabalho, na construção do campo literário.

A fim de exemplificar o que foi dito acima, passaremos a comentar a produção de quatro dos autores mais representativos da literatura local, no que tange à relação entre seu lugar social e sua legitimação no campo literário. São eles: Dom Aquino, Silva Freire, Ricardo Guilherme Dicke e Ivens Cuiabano Scaff.

Por tratar-se de um campo ainda incipiente, a literatura de/produzida em Mato Grosso lança mão do discurso regionalista como parte importante de seu processo de legitimação.

Dos autores escolhidos, exceto Ricardo Dicke, todos apresentam em comum o fato de terem ocupado/ocuparem

lugar de destaque na vida social e política local. D. Aquino foi arcebispo e presidente do Estado, Silva Freire foi considerado o melhor advogado criminalista de sua época, além de atuar como político e professor e Ivens Scaff é médico de reconhecida importância, especialmente por seu trabalho com os portadores de Aids. Nos três, a percepção do espaço social como espaço de poder alicerça sua produção escrita. Apesar da diferença de perspectiva, o fato é que, a nosso ver, todos eles se utilizam do expediente regionalista, conscientes de que, no caso de Mato Grosso, esta é a forma primária mais eficaz para sua legitimação no campo literário.

D. Aquino foi, durante um longo tempo, o maior nome de referência em literatura no Estado. Nele percebe-se que a erudição é mais que um processo de construção: é a fala do artista. Reconhecido por todos os estudiosos da literatura mato-grossense como exímio orador, a matéria verbal que constitui sua obra romântico-parnasiana, como a entende Hilda Magalhães (2001), lembra em alguma dimensão o *Vaso grego* de Vicente de Carvalho em que se misturam traços de *O Guarani*, de José de Alencar. Investido da autoridade que a Igreja lhe outorgou e aliada a esta aquela que o Estado o fez, D. Aquino foi um homem de seu tempo. Limitado – ou acobertado? – por sua função política e religiosa, o 2º arcebispo de Cuiabá fez-se conhecer por sua luta pela constituição de um Estado forte e soberano.

Transformando Mato Grosso em um micro-cosmo das discussões nacionais acerca da construção identitária, D. Aquino trabalhou a imagem do Estado optando pela exaltação de sua beleza geográfica ainda selvagem e sua riqueza, ainda inexplorada. Nada em seu discurso era gratuito. Quando no púlpito, trazia aos ouvintes o senso comum embutido na palavra “sermão”: oratória destinada à correção de enganos e erros. Sabia por que lutava e fazia questão que outros soubessem disso também. Sua expressão, escrita ou falada, tinha um claro propósito civilizatório. O anacronismo em sua obra, foi, na opinião de Hilda Magalhães, benéfico para o Estado e para a literatura regional.

[Entretanto] o fato de a literatura de Mato Grosso se manter anacrônica durante toda a primeira metade do século não implica em que esse produto seja necessariamente

ruim. Dentro do estilo a que ela se propõe, consegue se distinguir e se afirmar no cenário literário mato-grossense, não apenas pelo fato de serem as primeiras manifestações literárias com uma identidade regional, mas também pela sua qualidade. Assim, a poesia de D. Aquino é anacrônica no sentido de que se operacionaliza, em plenos anos 1920 e 1930, uma estética caudatária do Parnasianismo e do Romantismo. Mas, dentro do estilo proposto, afirma-se como uma obra importante na literatura de Mato Grosso. (Magalhães, 2001:311).

A questão operacional, creio, pode ser vista sob outra ótica: a da necessidade política que havia na época de valorizar a terra e reafirmar a identidade mato-grossense. É interessante notar que o mesmo homem que falava em preservação de valores morais e cultuava o poema parnasiano, destacava-se por sua visão de futuro, como nos lembra Romancini (2005:44)

Tendo em vista preparar as ruas para o tráfego de automóveis, que começavam a chegar a Cuiabá, o presidente do Estado, D. Aquino Correa, providenciou o calçamento das principais ruas de Cuiabá, em 1919: XV de novembro, Av. D. Aquino, Mundéu, Praça da República, Joaquim Murtinho e Barão de Melgaço.

Esse aparente paradoxo pode ser explicado pelo que diz Manoel de Cavalcanti Proença, em artigo publicado por Carlos Gomes de Carvalho no segundo volume do *Panorama da literatura e da cultura em Mato Grosso*, havia dois aspectos principais na poesia de Mato Grosso: a epopéia – de D. Aquino – e o panteísmo. Cavalcanti Proença vê como “inevitável” a escolha por temas telúricos.

Despertando no momento, nas letras do Estado o primeiro surto de uma literatura independente em que se busca retratar no ambiente natal o homem mato-grossense, era força que nos precursores do movimento predominasse o amor da tradição e da natureza. E a míngua de modelos que orientassem nos vates uma cristalização poética por si capaz de dar feição típica ao versejar nativo, os vanguardistas cuja formação literária se fez no deletrear de

livros completamente alheios aos motivos matogrossenses, teriam que adaptar-se, forçando um pouco a sinceridade. Daí resulta a poesia eminentemente objetiva que caracteriza os poetas da minha terra, especificada na história e na paisagem (Carvalho, 2004:213):

É fácil reconhecer D. Aquino nesse discurso. E, guardadas as devidas proporções temporais, podemos encontrar Silva Freire e Ivens Scaff aí também.

Em Silva Freire, o saudosismo entrelaça-se ao experimentalismo. O poeta é um artifice das palavras, que monta, desmonta e remonta fazendo do poema um laboratório. Segundo Neto (2001):

Sabemos que várias restrições são feitas, pelos menos avisados, a respeito da poesia de Silva Freire. Tudo deriva apenas de um fato: despreparo para receber a mensagem...

Mas, Magalhães (2002:162) e Leite (2005:249-250) lembram que Rubens de Mendonça, que não pode ser considerado um leitor despreparado, ingênuo ou mentalmente preguiçoso, disse não compreender o poema feito por Freire em homenagem ao nascimento de Rondon, embora o poema tenha sido elogiado por Gervásio Leite e João Antonio Neto, dois nomes também respeitados no campo literário matogrossense.

Silva Freire produziu sua poesia em plena efervescência do movimento concretista. Entretanto, em Mato Grosso, um pouco pelas condições de tráfego entre Cuiabá e as outras capitais, um pouco em nome da preservação da cultura local, o belo, em termos literários, ainda baseava-se no romantismo e na *belle époque*. De difícil leitura, a obra freiriana situa-se entre aquelas que, malgrado sua beleza intrínseca, são pouco estudadas – embora este não seja o único e, acreditamos, nem mesmo o mais forte motivo para o silenciamento das Academias acerca de sua obra, uma vez que Ricardo Dicke não pode ser considerado também um autor de fácil compreensão e, no entanto, tem reconhecimento nacional.

A figura de Dicke é cheia de contradições e desafios: avesso a entrevistas, é, no entanto, nelas que podemos encontrar um pouco do homem por trás do escritor. Há artigos sobre ele em jornais de circulação nacional – “O Estado de São Paulo”, “Folha de São Paulo”, “O Globo”, entre outros – que garantem a manutenção de seu nome entre os grandes da literatura contemporânea. Em Cuiabá, a UFMT tem contribuído para o reconhecimento mato-grossense do autor<sup>5</sup>, malgrado sua pouca propensão à ribalta.

O discurso curto e algo seco nas entrevistas não dão conta de sua erudição, fato mais claramente observável em sua obra. Alguns críticos alegam que há pouca verossimilhança no que tange ao tratamento da linguagem na fala das personagens com pouca instrução formal, como é o caso da maior parte dos seus tipos, outros, porém, entendem que o pensar filosoficamente sobre a vida e o cotidiano não seja prerrogativa dos que tem instrução formal, mas de quem vive cada dia como único. Sua linguagem é erudita, com reflexões de cunho existencial que, embora pertençam ao universo das coisas de todos nós – nascer, crescer, morrer – são cunhadas de forma peculiar, tornando-se pouco acessível, na maior parte das vezes.

Em Dicke podemos encontrar um regionalismo menos lúdico e mais calcado no momento político e social que Mato Grosso vivia ao final da década de 60 – quando escreveu *Deus de Caim* – e subsiste ainda hoje, com as constantes dissensões acerca do pertencimento da terra e à terra.

Quanto a Scaff, tanto seus poemas quanto seus contos utilizam-se da história e da paisagem mato-grossenses de forma lúdica. Seguindo a vertente do regionalismo ufanista, Scaff propõe a leitura da cultura local como particularidade deste espaço, sem entrar no mérito de isso ser “bom” ou “mau”. Sua obra não pode ser considerada como unidade homogênea do pensamento mato-grossense, mas revela-se e revela seu autor na medida em que

---

5 São estudiosos do autor em Mato Grosso, até o momento, Juliano Moreno, Gilvone Miguel, e Everton de Almeida. Alguns outros pesquisadores, como Hilda Magalhães, Mário Cezar Leite, Carlos Gomes e nós, debruçamo-nos apenas sobre alguns aspectos de sua obra.

Admite-se que deve haver um nível (tão profundo quanto é preciso imaginar) no qual a obra se revela, em todos os seus fragmentos, mesmo os mais minúsculos e os menos essenciais, como a expressão do pensamento, ou da experiência, ou da imaginação, ou do inconsciente do autor, ou ainda das determinações históricas a que estava preso (Foucault, 2004)

Podemos relacionar o que diz Foucault (2002) ao que assevera Bourdieu (2003), para quem há uma lógica interna nos objetos culturais em seu espaço relacional com os campos que produzem obras culturais. As determinações externas só têm força na intermediação das transformações específicas na estrutura do campo resultante.

O grau de autonomia do campo é variável e proporcional ao capital simbólico acumulado através de gerações. Dado que o poder simbólico opõe-se a todas as formas de poder heterônomo conferido pelos detentores do capital cultural, a submissão aos gêneros ditados por quaisquer mudanças – sociais, políticas ou de concepções artísticas – nunca é tão grande quanto os produtores mais conservadores fazem crer. (Bourdieu, 2002:253)

As lutas internas, especialmente as que opõem os defensores da “arte pura” aos defensores da “arte burguesa” ou “comercial” e levam os primeiros a recusar aos segundos o próprio nome de escritor, tomam inevitavelmente a forma de conflitos de *definição*, no sentido próprio do termo: cada um visa impor os limites do campo mais favoráveis aos seus interesses ou, o que dá no mesmo, a definição das condições da vinculação verdadeira ao campo (ou dos títulos que dão direito à condição de escritor, de artista ou de cientista) que é mais apropriada para o justificar por existir como existe. (grifos do autor)

Essas lutas internas, capazes de definir mais restrita e estritamente o que é um escritor, na visão daqueles que detêm o poder de dar-lhes existência, não é outro, ainda segundo Bourdieu (*idem*, 253), senão “o ponto de vista fundador, pelo qual o campo se constitui como tal e que, a esse título, define o direito de entrada no campo (...)”. Em Mato Grosso, ao que parece, o conceito acerca de quem e como é

escritor ainda está em vias de construção, ambigualmente oscilando entre o “você sabe com quem está falando?” e a meritocracia.

Ora, ainda não há um público que se possa realmente chamar de “leitor”, até porque as condições de produção e reprodução do livro ainda são precárias. Temos apenas duas livrarias que podem realmente responder por esse nome, e quatro editoras especializadas em literatura. Os espaços para divulgação dos trabalhos são igualmente poucos, se considerada a população da chamada “grande Cuiabá”, os municípios de Cuiabá e Várzea Grande, e compreendem um centro cultural, os espaços das Universidades e Faculdades, e os três *shoppings* da capital.

Algumas iniciativas como a Literamérica (Feira sul-americana de literatura), o concurso da livraria Adeptus, alguns concursos literários instituídos por Prefeituras e o estabelecimento dos Fóruns Culturais no Estado, têm dado impulso à literatura. Os cursos de Letras deixaram de ser o único espaço para se discutir literatura em Mato Grosso; isso aumenta o público e, em certa medida, a qualidade da produção literária.

Quanto ao escritor, vimos que sua maneira particular de se relacionar com a sociedade e sua época determinam seu espaço no campo literário. Cada um dos autores mencionados neste trabalho tratou da questão “o que, como e para quem escrever”, de acordo com sua posição social, seu projeto de construção identitária coletivo e/ou individual e as condições históricas de seu espaço de escrita. Assim pensado, D. Aquino não é anacrônico: é fruto e reflexo de sua época, profissão e condições histórico-sociais e culturais mato-grossenses entre o final da década de 1910 e a de 1950. Ele foi o que devia e podia ser, naquele momento. Analisar sua obra sem levar em conta o contexto em que foi produzida, tira-lhe uma importante função, social e literária.

De modo semelhante pode-se pensar a obra de Silva Freire, um modernista em busca da preservação de valores culturais, como própria à construção identitária da época. Essa identidade estava ligada ao reconhecimento externo

e o que ele, como poeta e político, buscava era fazer com que a literatura de Mato Grosso acompanhasse os padrões considerados “modernos” para fazer-nos reconhecer para além de nossas fronteiras geo-políticas.

Ironicamente, quem consegue esse reconhecimento em seu nome e em nome do Estado é Ricardo Dicke, o pintor que decide mudar o rumo de sua arte e escrever. Contrariando a tendência da época, porém, sua prosa não exalta a grandeza do Estado, antes problematiza e põe a nu questões envolvendo a população que vive à margem da sociedade, pessoas para as quais a cidadania só existe como palavra no dicionário.

Atualmente, dos autores comentados aqui, o mais conhecido pelo público é Ivens Scaff, um reconhecimento que este credita à sua atuação como médico, mais que aos seus textos, que ele acredita não serem lidos. De todos, também, é o menos estudado pelas Universidades, o que pode nos levar a conclusão de que nós, das Academias, andamos em dissonância com os gostos populares, uma vez que, via de regra, elegemos como representantes do “saber escrever literatura” pessoas que o leitor comum em geral não elege como “literatos”.

## Referências

BARTHES, R. **Escritores e escreventes**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia. das letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. São Paulo: Cia. das letras, 2004.

CANDIDO, A. **A educação pela noite outros ensaios**. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 8ª. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CARVALHO, C. G. **Panorama da literatura e cultura de Mato Grosso**. Vol. II. Cuiabá: Verdepantanal, 2004.

\_\_\_\_\_. **A poesia em Mato Grosso**. Cuiabá: Verdepantanal, 2003.

DaMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis - Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

DICKE, R. G. **Cerimônias do esquecimento**. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

FAORO, R. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** 4ª. ed. Portugal: Passagens, 2002.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **Les mots et les choses: archéologie de la sciences humaines**. Paris: Gallimart, 1966.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LEITE, M. C. S. (org.). **Mapas da mina: estudos da literatura em Mato Grosso**. Cuiabá: Cathedral, 2005.

MAGALHÃES, H. G. D. **Relações de poder na literatura da Amazônia legal**. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

\_\_\_\_\_. **História da literatura de Mato Grosso: século XX**. Cuiabá: Unicen, 2001.

MENEGAZZO, M. A. **Representações literárias de mato grosso: o europeu, o paraguaio, o brasileiro e o mato-grossense**. Campo Grande, MS: EdUFMS, 2004.

NETO, J. A. D. **Aquino: o orador; O modernismo em Mato Grosso: reencontro com Silva Freire**. Cuiabá: Academia Mato-grossense de Letras, 2001.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar, 2002.

\_\_\_\_\_. **Indícios de autoria**. São Paulo: IEL-UNICAMP, 2000.

POUND, E. **Abc da literatura**. São Paulo: Cultrix, 2003.

ROMANCINI, S. R. **Cuiabá: paisagens e espaços da memória**. Cuiabá: Cathedral, 2005. (Coleção Tibanaré, vol. 6).

Recebido em 04/11/2009

Aceito em 03/12/2009